

CCT 2016/2018: Contraproposta dos patrões está longe do esperado

Na última sexta-feira (26.02), ocorreu a segunda rodada de negociação da CCT 2016/2018 entre Sindeletro e Sindienergia. Os representantes das empresas ofereceram o reajuste salarial de 70% da inflação, calculada a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE). O INPC de 1º de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016 foi de 11,31%. Ou seja, o sindicato patronal ofereceu o reajuste de apenas 7,91% sobre as cláusulas econômicas: salário, ticket alimentação etc. Para o Sindeletro, essa proposta é inaceitável.

As empresas também estão propondo modificar o mecanismo de cálculo do adicional de periculosidade para 30% sobre o **salário base**. O sindicato patronal propôs a mudança, mas o Sindeletro defende o instrumento presente nos acordos anteriores, baseado na súmula 191 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que afirma que “em relação aos eletricitários, o cálculo do adicional de periculosidade deverá ser efetuado sobre a **totalidade das parcelas de natureza salarial**”. Dessa forma, o Sindicato não aceitará redução salarial!

Para o Sindeletro, a meta é atingir o piso salarial de R\$ 1.760,00, correspondente a dois salários mínimos. A proposta do Sindienergia foi de R\$ 1.030,25 para administrativos, R\$ 1.219,13 para eletricitistas, R\$ 1.219,13 para montador, R\$ 1.038,83 para leituristas e R\$ R\$ 1.219,13 para motoristas. Já a proposta do Sindicato para os técnicos de segurança e eletrotécnicos é de R\$ 3.485,00, enquanto as empresas propõem somente R\$ 1.665,23 e R\$ 1.928,95, respectivamente.

O cartão alimentação defendido pelo Sindeletro é o valor unitário de R\$ 26,00. As empresas ofereceram o reajuste de 70% do INPC também para o cartão alimentação, resultando no valor unitário de R\$ 11,82. O Sindicato também defende o fornecimento de assistência médica e odontológica a todos os funcionários e dependentes, enquanto a proposta das empresas foi de assistência médica apenas para os empregados.

Nessa segunda rodada de negociação, não houve acordo entre Sindeletro e sindicato patronal. Não justifica a proposta de um ajuste menor que o do salário mínimo quando nós queremos evoluir de 1,42 para dois salários mínimos. Na prática, eles estão propondo uma redução salarial. Precisamos nos manter unidos para pressionar as empresas a aceitarem nossas propostas históricas, como o piso salarial de dois salários mínimos e o plano de saúde para dependentes.

Ficou agendada uma próxima reunião para o dia 9 de março, na sede do Sindeletro. Vamos nos mobilizar para mostrar às empresas que elas precisam evoluir nas suas propostas!